



miguilim

revista eletrônica do netlli

volume 8, número 2, maio-ago. 2019

ENTRE A VIDA E A MORTE DO AUTOR: O DILEMA DO REVISOR DE TEXTOS



BETWEEN THE LIFE AND DEATH OF THE AUTHOR: THE PROOFREADER'S DILEMMA

Richard Winckelmann MOMENTE
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Maria DRESCH
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [O AUTOR](#)
RECEBIDO EM 06/05/2019 • APROVADO EM 06/11/2019

Resumo

O presente trabalho visa a uma reflexão sobre o ofício da revisão de textos. Nele, defendemos a importância do conhecimento sobre autoria e gêneros discursivos para o trabalho de revisão de textos, com vistas a melhor compreensão do ofício de revisão e da relação autor-revisor. Primeiramente, realizamos uma classificação sobre quais são as atribuições do revisor de textos com base no *Manual do Revisor*, de Luís Roberto Malta, e no *Além da Revisão*, de Aristides Coelho Neto; em seguida, apresentamos os variados conceitos sobre autoria encontrados em Wayne Booth, Mikhail Bakhtin, Roland Barthes e Michel Foucault, e, com relação ao conceito de gêneros discursivos, recorreremos unicamente a Mikhail Bakhtin. No

decorrer do trabalho, situamos o revisor de textos frente a cada uma das abordagens teóricas adotadas, de modo a conferir aplicabilidade e visibilidade à problemática discutida. Como resultado, ao mesmo tempo em que algumas abordagens linguísticas sobre autoria defendam a chamada “morte do autor”, por outro lado, as abordagens discursivas de autoria e gênero discursivo revelam que, por se tratar de um fazer social, o autor de carne e osso nunca de fato “morre”. Assim, o revisor de textos se encontra em uma curiosa posição: por participar ativamente da etapa de produção do texto, ele interage e depende desse mesmo autor de carne e osso para que o seu trabalho seja feito de maneira eficiente, afinal, o texto é produto do trabalho do autor, e não do revisor; ao mesmo tempo, ao revisar, o profissional da revisão inevitavelmente recorre a uma projeção do texto pós-publicação, visando o público-alvo entendido pelo autor, um cenário em que esse mesmo autor deixa de existir e “morre”. Concluímos, com o presente trabalho, que os conhecimentos sobre autoria e gênero discursivo de fato enriquecem e possibilitam que a revisão de textos seja feita de maneira mais eficiente — quanto à contribuição do revisor com o trabalho revisado — e respeitosa — quanto à delimitação da interferência excessiva do revisor e consequente melhoria na sua relação com o autor. Por fim, consideramos que ainda há muito o que expandir no presente trabalho, especialmente quanto à exploração do estatuto concebido ao revisor de textos e, também, quanto a estudos sobre a revisão de textos situada em cada uma das muitas esferas da comunicação humana, ou seja, situada diante dos diversos e complexos gêneros do discurso.

Abstract

The present work intends to ponder over the proofreaders' job. We defend the importance of proofreaders having the knowledge about authorship and speech genres, aiming to provide a better understanding of their work and of their relation with the authors. Firstly, we gathered up the proofreader's attributions from the *Manual do Revisor* (The Proofreader's Manual), by Luís Roberto Malta, and *Além da Revisão* (Beyond Proofreading), by Aristides Coelho Neto; then, we presented the many concepts of authorship found in Wayne Booth, Mikhail Bakhtin, Roland Barthes and Michel Foucault, and, regarding speech genres, we solely resorted to Mikhail Bakhtin. During this work, we situated the proofreaders before each of the theoretical approaches with the aim of conferring applicability and visibility on the issue discussed. As result, at the same time that some linguistic approaches defend the “death of the author”, on the other hand, the discursive approaches of authorship and speech genres reveal that, due to the fact that the authorship itself is a social practice, the flesh and bone author never “dies”. Thus, the proofreaders find themselves in a rather curious situation: because they actively participate in the text's production, they interact with and depend on that same flesh and bone author to effectively proofread, because, in the end, the text is a product of the author's work, not of the proofreaders'; at the same time, the proofreaders inevitably employ a projection of the text's post-publication scenario, in which the author does cease to exist and does, actually, “die”, only visualizing the target public intended by the author. We concluded, with the present work, that the knowledge about authorship and speech genres does, in fact, enrich and enable proofreading to be executed more effectively — regarding the proofreaders' contribution to the proofread text — and respectfully — regarding the boundries to their excessive interference and, subsequently, optimizing the relation between them and the authors. Finally, we also consider that there is much to be expanded in this work, especially in regard to the understanding of the proofreaders' social statute and, also, in regard to studies about proofreading situated in each of the many spheres of human communication, in other words, situated in the face of the many and complex speech genres.

PALAVRAS-CHAVE: Revisão de textos. Enunciação. Autoria. Gênero discursivo. Morte do autor.
KEYWORDS: Proofreading. Enunciation. Authorship. Speech genres. Death of the author.

Texto integral

1 Revisão de textos: uma reflexão

No presente artigo, nós nos propomos a fazer uma reflexão que é, além de fruto da vontade de incentivar a produção de trabalhos acerca do fazer revisão, uma tentativa de enxergar o ofício de revisar textos para além do viés simplista de que esse profissional apenas corrige o texto produzido, apontando coisas certas e erradas.

Tratamos, neste trabalho, de refletir sobre o ofício de revisão de textos à luz de conceitos de autoria e gênero discursivo. Defendemos a hipótese de que o conhecimento sobre o modo como um autor se constrói na materialidade em que produz e sobre o gênero discursivo em que essa materialidade se manifesta são essenciais para que o revisor de textos realize o seu trabalho de maneira eficiente e minimamente invasiva. Eficiente, pois, como pretendemos demonstrar, seu objetivo deve ser o de contribuir para a construção do texto, e não de apenas corrigir e valorar o trabalho revisado; minimamente invasiva, pois a interferência no texto é constituinte do fazer revisão, uma vez que quaisquer apontamentos ou alterações incorporados ao texto são acréscimos externos.

Assim sendo, realizamos um levantamento sobre as variadas perspectivas do conceito de autoria. Não pretendemos criar um novo conceito ou utilizar apenas aquele que for mais condizente com o que trabalhamos; em vez disso, optamos por condensar, respeitando os devidos limites, os pontos comuns entre as teorias, para depois situar o revisor de textos nesse processo, quando este se encontra diante do texto já produzido. Da mesma forma, recorreremos ao conceito bakhtiniano de gênero discursivo, defendendo a ideia de que todo texto é concebido a partir de um esforço social, histórico e ideológico do autor e, como tal, constituirá o texto em sua totalidade. Defendemos, por fim, que os conhecimentos sobre autoria e gênero discursivo são essenciais para o ofício da revisão de textos e serão um diferencial no tocante à relação autor-revisor.

1.2 Por que refletir sobre revisão?

A reflexão se justifica, primeiramente, do ponto de vista ético. Todo texto é fruto do trabalho do autor, e não do revisor. Ou seja, a revisão de textos não deve se preocupar em valorar o trabalho, atribuindo-lhe uma nota ou uma avaliação boa ou ruim, inserindo alterações para que se torne correto, como pode ser feito em um trabalho de correção.

Na revisão de textos, pressupõe-se um esforço conjunto: o autor, dotado de intenção e conhecimento¹, produz um trabalho; o revisor, dotado de conhecimento cultural e linguístico, ajuda na produção desse trabalho, de modo que este alcance o seu objetivo. O esforço é conjunto, mas, ainda se trata de uma relação naturalmente tensa e assimétrica, dadas as diferentes posições ocupadas por cada um dos envolvidos e as diferentes expectativas quanto ao trabalho um do outro.

Haverá, inevitavelmente, situações em que aspectos da correção ocorrerão (como ortografia, coesão, coerência), pois todo autor — e revisor — comete erros, não há como fugir disso. Contudo, há diversas situações em que o revisor de textos pode se colocar numa posição de superioridade, de detentor de exclusivo conhecimento linguístico, julgando e/ou alterando o texto sem levar em consideração aspectos subjetivos da construção do texto — entre eles, como pretendemos elucidar ao longo do trabalho, a autoria e o gênero discursivo.

Quando os revisores se colocam nessa posição ilusória de detentores do poder, ferindo os já mencionados princípios subjetivos da construção textual, podem ocorrer sérios conflitos com os autores, fazendo com que estes tenham cada vez mais resistência em ter seus trabalhos revisados. Dessa forma, este artigo também se justifica como uma maneira de contribuir para a amenização de possíveis conflitos na relação autor-revisor: os conhecimentos sobre autoria e gênero discursivo podem funcionar como delimitadores da interferência excessiva dos revisores.

Por fim, esperamos que este trabalho promova e ressalte a importância do ofício de revisão de textos sem, no entanto, abrir mão da autocrítica que se faz necessária para que tal profissão seja exercida de maneira eficiente e respeitosa.

1.3 Revisão e copidesque: sinônimos?

Em função da ausência de uma legislação que regularize a profissão do revisor de textos e que estabeleça as competências e atribuições desse ofício, é comum haver confusão quanto às funções de um revisor e de um copidesque, de modo que, por vezes, não se saiba se há uma diferença entre os dois. Faz-se necessário, então, consultar alguns autores que se dispuseram a descrever o trabalho de revisão. Inicialmente, recorreremos a Coelho Neto (2013), em sua obra *Além da Revisão*, através da qual o autor situa o profissional da revisão de textos dentro do contexto editorial.

Ainda que o presente artigo não esteja voltado unicamente ao mercado editorial, esse é atualmente o ambiente mais organizado e corporativo, por assim dizer, do revisor de textos, o que permite um grau mais elevado de padronização do trabalho desse profissional. Assim sendo, segundo o autor, as atribuições de um revisor incluem:

- 1) Revisar os originais (ou provas, ou heliográficas, ou fotolitos) aprovados para edição por: editoras, gráficas, agências de publicidade, autores, mestrados, doutorandos, preparadores de originais de quaisquer instituições, etc.

- 2) Revisar, se tiver experiência, traduções, cotejando-as com os originais (necessita de um auxiliar, em tais casos). É a chamada revisão técnica.
 - 3) Revisar textos a serem publicados na internet.
 - 4) Proceder a quantas revisões forem acordadas com o cliente.
- (COELHO NETO, 2013, p. 59).

De modo a complementar as atribuições do revisor, o autor também menciona que pode haver de três a quatro revisões antes que um livro seja efetivamente publicado: a primeira é feita junto ao procedimento de preparo do original — que consiste na organização, normalização e revisão —, ou seja, é o primeiro tratamento da matéria-prima recebida; a segunda revisão é aquela realizada após todo o tratamento de editoração; a terceira e a quarta revisões seriam recomendáveis, um modo de otimizar o trabalho “antes da fase de fotolito, gravação de chapa, e impressão e acabamento” (COELHO NETO, 2013, p. 60).

Quanto ao copidesque, Luiz Roberto Malta, autor do *Manual do Revisor*, define o ofício como diferente daquele da revisão, e também é citado por Coelho Neto (2013). De acordo com Malta:

Aportuguesamento do inglês *copydesk*, já adotado pelo Aurélio há muitos anos, é um trabalho mais difícil e exigente do que o de revisão propriamente dito. Copidesque é — até certo ponto — reescrever, retrabalhar um original. (...) Acima de tudo, uma redação lógica, fluente, entendível deve caracterizar qualquer texto, e este é o trabalho do copidesque. (MALTA, 2000, p.16-17).

Se em um primeiro momento o autor compara o revisor ao copidesque — de uma maneira que dá a entender que os dois não são o mesmo profissional — em seguida recorre a outra comparação, que não deixa claro se de fato há uma diferença entre ambos:

Copidesque que reescreve de cabo a rabo um livro de um autor brasileiro ou uma tradução está é querendo se evidenciar, mostrar serviço. Este é um dos problemas do revisor: ele tem de se limitar a sua função. Tem de contribuir com seus conhecimentos, sua cultura geral ou especializada, claro está, mas não pode mostrar-se um autor frustrado, entrar em conflito com a editora, com o autor, com o tradutor, de tanto mexer no texto, de tanto alterá-lo. (MALTA, 2000, p. 17).

A passagem permite a leitura de que, de alguma forma, um revisor também pode cometer infrações excessivas, e não apenas o copidesque, pois, afinal, afirma que o revisor não pode se mostrar um “autor frustrado”. Nesse mesmo trecho, podemos notar também a primeira menção a conflitos entre autores e revisores, e uma crítica à interferência excessiva.

Em Coelho Neto, há uma discussão que visa fazer uma diferenciação mais nítida entre o trabalho de revisor e o de copidesque. Em um primeiro momento,

cita a mesma passagem anterior de Malta, onde o autor traz a definição de copidesque a partir do inglês e enfatiza o fato de que essa profissão é mais complexa do que a de revisão; em seguida, menciona que tanto no *Dicionário Houaiss* quanto no *Aurélio* eletrônico não há uma diferenciação clara, o que pode resultar em confusão entre a revisão e o copidesque. De modo a estabelecer uma diferenciação definitiva entre os termos, Coelho Neto (2013, p. 136) completa a citação anterior de Malta, afirmando que “se um texto é mal redigido, com repetições injustificáveis, mal paragrafado, contendo ideias desconexas, primando pela falta de coesão e coerência textual, etc., ele deve ser copidescado”. Contudo, essa diferenciação só se faz mais clara na página anterior, onde afirma que o copidesque deve ser empregado quando, após um processo de revisão, *quando o autor não tiver o conhecimento necessário* para aplicar os apontamentos feitos pelo revisor.

Esse reconhecimento da habilidade do revisor em fazer a reescrita do texto pode ser o principal motivo para que haja confusão entre o que é revisão e o que é copidesque. O revisor de textos seria o profissional responsável por ler e fazer apontamentos e sugestões para o autor; o copidesque, por sua vez, é aquele que faria o processo de aplicação e reescrita sugeridos por um revisor de textos quando o autor não é capaz de fazê-lo. Muitas vezes, conseqüentemente, o revisor e o copidesque seriam a mesma pessoa, executando duas funções diferentes, em etapas diferentes do processo editorial. Apesar de serem funções diferentes, é interessante observar que ambos os autores sempre aproximam as duas funções, devido ao fato de que necessitam de conhecimentos específicos comuns. Essa aproximação fica evidente, também, quando Coelho Neto afirma que:

[...] o profissional propõe, reescreve, revisita o original, com a finalidade precípua de ‘relavrar’ o texto. [...] É nessa hora que o revisor (ou copidesque) tem de exhibir seu conhecimento de leitura, de cultura geral, e sua habilidade na produção de um texto, conferindo clareza ao trabalho. (COELHO NETO, 2013, p. 136).

Como já afirmado no início deste subitem, em função da ausência de regulamentação profissional, a confusão é justificável e esperada. Assim sendo, neste trabalho, seguiremos a definição de Coelho Neto e consideraremos o copidesque como uma possível atividade do revisor: em situações em que o texto necessitar mais do que um apontamento ou uma sugestão, ou ainda em casos em que o autor do texto não possui o conhecimento linguístico necessário para a adequação do texto, caberá ao revisor reescrevê-lo. Ou seja, consideraremos o revisor como a pessoa que tem tanto a função de fazer apontamentos e sugestões como aquela que, em determinadas situações, corrige e reescreve o texto que está sendo revisado.

Vale ressaltar, ainda, outro aspecto relevante para o perfil do profissional da revisão: como afirma Coelho Neto (2013, p. 135), o revisor ocupa “uma posição de crítico construtivo”. Não é crítico construtivo apenas no sentido de apenas ler, valorar e apontar incongruências e correções importantes no texto; é crítico no sentido de que ajuda na construção do texto, antes de ser finalizado, e para isso, segundo o autor, necessita de conhecimento sobre técnicas de redação.

Além disso, mais do que crítico construtivo, o revisor é, como afirmam Perpétua e Guimarães (2010), um *crítico privilegiado*: tem acesso ao texto antes de qualquer outra pessoa, sendo uma das únicas pessoas que veem as mudanças pelas quais esse texto passa ao longo do processo de produção. Como discutiremos mais adiante, é devido ao desconhecimento dessa posição tão diferenciada que ocorrem interferências excessivas por parte dos revisores e, conseqüentemente, podem vir a causar conflitos com os autores dos textos.

2 A autoria

A questão da autoria tem se mostrado polêmica por muitos séculos, por motivos que abrangem desde a credibilidade e responsabilidade pela obra até a própria dificuldade de conceituar — filosófica e epistemologicamente — o que é, de fato, um autor. Por esse motivo, este trabalho não se propõe à difícil tarefa de conceituar e delimitar a problemática da autoria, mas sim à de realizar um apanhado geral de diversos autores que abordam essa delicada temática, ou que podem fornecer subsídios para a reflexão sobre quem é, e como se identifica, a entidade que se manifesta em um texto. De forma a conduzir a discussão, sempre faremos, ao final de cada abordagem sobre autoria, uma reflexão sobre as implicações destas para a revisão de textos.

2.1 O autor implícito

Fiorin (2001), em sua leitura sobre a teoria da enunciação, *Astúcias da Enunciação*, traz discussões sobre a existência de um autor implícito (aquele que narra, presente no texto), frente ao autor real (de carne e osso, que vive no mundo real). Citando Wayne Booth (1970), afirma que um autor se mascara num narrador em primeira ou terceira pessoa, não sendo esse narrador a pessoa real, mas sim um *autor implícito* constituído pelo texto. O autor implícito é diferente do real e “é exatamente por criar, com toda a liberdade, uma versão de si mesmo, e ainda pelo fato de que não se tem acesso ao sujeito real senão por aquilo que ele enuncia nas diferentes semióticas que o autor é autor implícito” (FIORIN, 2001, p. 63).

De modo a discutir a divisão entre autor real e autor implícito defendida por Booth, Fiorin cita Genette (1983, p. 93-107) como um teórico que se posicionava contra essa distinção, pois a considerava desnecessária. Segundo o narratólogo, a diferença entre os autores seria feita a partir de traços do texto, os quais podem ser involuntários. A psicanálise defende que o texto contém projeções do inconsciente; já o marxismo postula que o autor deixa marcas, ainda que involuntárias, de valores provenientes de sua classe social. O argumento principal de Genette é o de que, mesmo em casos nos quais o autor pode ter a intenção de criar um narrador implícito diferente de si mesmo, não há nada que permita inferir que tal narrador seja de fato uma imagem infiel do autor explícito. Nesse caso, restariam apenas duas instâncias: a de autor e a de narrador.

Apesar de seu posicionamento contrário à diferenciação entre o que é implícito e explícito, Genette faz uma ressalva importante: um autor só pode ser compreendido através do texto e, por esse motivo, o campo da teoria narrativa exclui

o autor real e inclui o implícito. Portanto, o autor só pode ser concebido em instância narrativa. Fiorin (2001, p. 65) reconhece o raciocínio genettiano e, apesar de discordar da crítica à diferenciação entre os autores, acata suas conclusões: “(...) admitindo a necessidade de distinguir as duas instâncias, acolhemos as advertências do narratólogo francês de que o autor real é inapreensível e, por conseguinte, só o autor implícito pertence ao campo da teoria da enunciação”.

Aqui, temos a primeira delimitação do que é, de fato, o autor que aparece em um texto escrito. A partir dela, entendemos, primeiramente, que o revisor de textos lida não com um perfeito retrato do autor real, e sim com o seu recorte, o autor implícito, o único meio pelo qual se teria acesso ao autor real; conseqüentemente, quaisquer intervenções externas nessa materialidade diluem o modo como o autor implícito foi recortado, uma vez que o revisor nunca será capaz de conceber esse autor implícito da mesma forma — será apenas capaz de recortar a si próprio, inserindo-se no texto, situando um novo autor implícito. Essa separação entre autor real e autor implícito embasa boa parte das teorias que abordam a temática da autoria e, de certa forma, serve de fio condutor para que a reflexão proposta sobre a problemática da autoria junto ao revisor de textos tenha unidade e sentido.

2.2 O autor-criador

Segundo Faraco (2005), em Bakhtin, temos uma diferenciação entre o autor-pessoa (entendido na teoria da enunciação como o autor explícito, pessoa no mundo) e o autor-criador (caracterizado como uma função estético-formal engendradora da obra). Logo:

O autor-criador é, assim, quem dá forma ao conteúdo: ele não apenas registra passivamente os eventos da vida (ele não é um estenógrafo desses eventos), mas, a partir de uma certa posição axiológica, recorta-os e reorganiza-os esteticamente. (FARACO, 2005, p. 39).

Da mesma maneira, ainda segundo Faraco (2005), “a posição axiológica do autor-criador é um modo de ver o mundo, um princípio ativo de ver que guia a construção do objeto estético e direciona o olhar do leitor” (p. 42). Temos, assim como visto em Fiorin, uma diferenciação entre o empírico e o formal. Apesar de se tratarem de teorias diferentes², tanto na teoria da enunciação quanto na visão de Bakhtin nota-se a percepção de que o autor não diz respeito ao sujeito de carne e osso; ambas enxergam a autoria como um processo de *recorte*, que é responsável por isolar tal sujeito empírico dessa nova instância, fruto de intenção e valoração da realidade.

É importante frisar ainda o caráter singular da enunciação a partir de Bakhtin. A posição axiológica de um indivíduo é virtualmente impossível de ser reproduzida de maneira idêntica por outro indivíduo, uma vez que é a visão de mundo que rege a sua percepção sobre esse mesmo mundo e faz com que seja permeada por um recorte valorativo:

Para o Círculo de Bakhtin, os processos semióticos — quaisquer que eles sejam — ao mesmo tempo em que refletem, sempre refratam o mundo. Em outras palavras, a semiose não é um processo de mera reprodução de um mundo ‘objetivo’, mas de remissão a um mundo múltipla e heterogeneamente interpretado. (FARACO, 2005, p. 39).

A defesa de Bakhtin sobre a singularidade da enunciação e suas implicações na criação do autor-criativo pode ser vista ao longo da obra *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Ao descrever a personagem e o enfoque dado por Dostoiévski em sua construção, Bakhtin afirma que

A personagem não interessa a Dostoiévski como um fenômeno da realidade, dotado de traços típico-sociais e caracterológico-individuais definidos e rígidos, como imagem determinada, formada de traços monossignificativos e objetivos que, no seu conjunto, correspondem à pergunta: ‘quem é ele?’ A personagem interessa a Dostoiévski enquanto *ponto de vista específico sobre o mundo e sobre si mesma*, enquanto posição racional e valorativa do homem em relação a si mesmo e à realidade circundante. Para Dostoiévski não importa o que a sua personagem é no mundo mas, acima de tudo, o que o mundo é para a personagem e o que ela é para si mesma. (BAKHTIN, 1997, p. 46).

Fica nítida, assim, a concepção de recorte valorativo do mundo. Esta é a contribuição principal de Bakhtin para este trabalho: se a materialidade a ser revisada contém a valoração e a posição axiológica do autor-pessoa em relação à realidade, o que confere a ela uma singularidade da qual ninguém será capaz de partilhar em sua totalidade, cabe ao revisor de textos o máximo de cautela em sua intervenção. Afinal, quaisquer alterações realizadas inevitavelmente diluirão o autor-criador, e essa é uma característica inerente à revisão de textos.

No próximo subitem, veremos as concepções mais abrangentes e conhecidas sobre autoria. Em meio a elas, será possível relacionar, de forma um pouco diferente, essa valoração de mundo e posição axiológica de que fala Bakhtin, a partir da reflexão sobre a estabilidade do signo linguístico.

2.3 As contribuições de Roland Barthes, Michel Pêcheux e Michel Foucault

Os autores selecionados neste item possuem discussões muito relevantes sobre a autoria e são constantemente citados como referências para essa problemática. De forma a otimizar a discussão, dividimos os três autores em subitens individuais para, ao final, refletir sobre as suas contribuições sobre a autoria frente à revisão de textos.

2.3.1 A morte do autor

Em um período de crítica ao positivismo e conteudismo correntes na Europa nos anos 60, Roland Barthes postula em seu ensaio *A Morte do Autor* a necessidade de apagamento do autor. Dessa forma, o autor não seria propriamente o dono do texto. Essa supressão do autor serviria para dar primazia ao leitor, pois

[...] é a linguagem que fala, e não o autor; escrever é, através de uma impessoalidade prévia — impossível de alguma vez ser confundida com a objetividade castradora do romancista realista —, atingir aquele ponto em que só a linguagem atua, ‘performa’, e não ‘eu’ [...] (BARTHES, 2004, p.58).

Barthes faz uma reflexão sobre as implicações da enunciação na produção literária e se utiliza da teoria linguística da enunciação para, como prefere dizer, “destruir” o autor.

Como já mencionado neste trabalho, a distinção entre autor real e autor implícito na perspectiva enunciativa revela a separação da pessoa da língua, o que permite que Barthes, por sua vez, afirme que

[...] a enunciação é um processo vazio que funciona perfeitamente sem que seja necessário preenchê-lo com a pessoa dos interlocutores: lingüisticamente, o autor nunca é mais aquele do que escreve, assim como ‘eu’ outra coisa não é senão aquele que diz ‘eu’: a linguagem conhece um ‘sujeito’, e não uma ‘pessoa’, e esse ‘sujeito’, vazio fora da enunciação que o define, basta para ‘sustentar’ a linguagem, isto é, para exauri-la. (idem, p. 60).

Uma vez separada a obra daquele que a escreve, nega-se toda a abordagem conteudista de questões como o interesse pela intenção do que o autor disse de fato, como se houvesse apenas uma interpretação possível para qualquer materialidade linguística. Assim, para Barthes, o autor passa a ser um produto do ato de escrever, situando um sujeito historicamente e concebendo à linguagem um papel central. Tal visão crítica acerca do conteudismo na autoria situou Barthes como um dos pilares para o surgimento das correntes literárias que privilegiam a leitura e o leitor, ou seja, das teorias da recepção.

2.3.2 A equivocidade constituinte da língua

Outra perspectiva para a crítica ao conteudismo e à unicidade da materialidade textual vem de Michel Pêcheux³, a qual também serve de base sólida de reafirmação da separação entre o autor empírico e o autor presente no texto, ainda que esse autor não conceitue ou aborde explicitamente a problemática da autoria. Contrariando a noção restrita de signo linguístico de Saussure, segundo a

qual significante e significado seriam como dois lados de uma moeda, unidades fixas e inseparáveis, Pêcheux traz à tona a noção de prevalência do *significante*, o qual constantemente teria o seu sentido (significado) deslocado de acordo com os diferentes usos da língua. Consequentemente, o signo linguístico poderia significar de modo múltiplo, colocando em cheque a relação supostamente estável entre significante e significado postulada pelos estudos formalistas que surgiram com a ascensão do estruturalismo.

De modo a contextualizar e recuperar o trabalho de Pêcheux, Lagazzi-Rodrigues (2006, p. 86) afirma que

Essa compreensão da ‘íntima reunião’ entre significado e significante como uma relação biunívoca tem como consequência o enfoque, cada vez mais forte, da indissociabilidade entre significado e significante, ou seja, no signo como conjunto inseparável. Isso tem como consequência, até a metade do século XX, o desenvolvimento dos estudos linguísticos formais, que se preocupam em estabelecer os sistemas dos signos fonológicos, morfológicos e sintáticos das línguas, sem chegar a pensar na possibilidade de que a relação entre significante e significado seja uma relação em constante reconfiguração, uma relação que desliza!

Esse deslize a que a autora se refere tem a ver com a noção de equivocidade constituinte da língua, também trabalhada por Pêcheux. Lagazzi-Rodrigues enfatiza que esse equívoco não se confunde com a noção de “erro” do senso comum; o deslize se deve ao fato de que as palavras, quando usadas, são passíveis de múltiplos sentidos, porque “fatos se formulam como razões distintas para as pessoas” (idem, p. 84) e porque, segundo Orlandi (2007, p. 70), a história se inscreve na língua e “daí o equívoco necessariamente constitutivo da significação que é ao mesmo tempo sistema e acontecimento”. Orlandi ainda enfatiza que há sempre uma *interpretação* por parte do sujeito, que é norteada pela ideologia (produzindo um efeito ideológico) e está situada (ou, como a autora prefere dizer, inscrita) na história; sempre somos levados a interpretar a realidade, e a produção de sentidos deriva desse processo. Dessa forma, o sujeito

se submete à ideologia, ao efeito da literalidade, à ilusão de conteúdo, à construção da evidência dos sentidos, à impressão do sentido já-lá. A ideologia se caracteriza assim pela fixação de um conteúdo, pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade da linguagem e da história, pela estruturação ideológica da subjetividade. (ORLANDI, 2001, p.22).

Ou seja, se o significado é circunstancial, apenas o significante se mantém. Dessa forma, temos mais uma razão para desconsiderar a abordagem conteudista, em que o texto carrega um significado fixo e pré-determinado, puramente entendido pelo autor empírico. Assim, conclui-se que “a autoria se produz,

portanto, no trabalho com o significante, delimitando textos. Um trabalho em que as condições de produção são determinantes” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2006, p. 88).

A partir do que afirma Lagazzi-Rodrigues sobre o trabalho de Michel Pêcheux, que os fatos se formulam como razões distintas para as pessoas, podemos resgatar o recorte valorativo do mundo de que falava Bakhtin⁴. Se entendermos os ditos “fatos” como leituras da realidade circundante, podemos considerar que o nosso entendimento da realidade (a qual nós costumamos representar na língua através dos signos linguísticos) está necessariamente vinculada ao modo como a concebemos, como concebemos o mundo. Ou seja, o próprio entendimento do signo linguístico enquanto unidade maleável também está implícito no fato de que ele é utilizado para descrever a realidade, e também de que não somos capazes de descrever essa mesma realidade de maneira estável, fixa e exata. Assim, o significado é necessariamente dependente do modo como concebemos a realidade.

2.3.3 A função-autor

Michel Foucault, por sua vez, apresenta uma concepção restrita de autoria: autor é aquele que funda uma *nova discursividade*. Em seu texto *O que é um autor?*, apresentado à Sociedade Francesa de Filosofia em 1969, Foucault afirma que surgiram na Europa do século XIX

[...] tipos de autores bastante singulares, que não se podem confundir com os ‘grandes’ autores literários, nem com os autores de textos religiosos canônicos, nem com os fundadores das ciências. Chamemos-lhes então, de uma maneira um pouco arbitrária, ‘fundadores de discursividade’. Esses autores têm isto de particular: não são apenas os autores de suas obras, dos seus livros. Eles produziram alguma coisa a mais: a possibilidade e a regra de formação de outros textos. (FOUCAULT, 1992, p. 58).

Assim sendo, para Foucault, são autores apenas aqueles que, ao produzirem obras de relevância tal, tornam-se referências de mesma importância, acarretando a produção de muitas outras obras em resposta ao que eles iniciaram. Nesses casos, nos quais há a possibilidade de “estabelecer uma quantidade infinita de discursos” (*idem*, p. 21), diz-se que há uma *função-autor*; entre os exemplos de instauradores de discursividade estaria, por exemplo, Ferdinand de Saussure, o autor do *Curso de Linguística Geral*.

Saussure fez mais do que estabelecer um objeto de estudo para a linguística, situando-a como uma nova ciência; estabeleceu paradigmas que passaram a nortear os estudos dessa ciência — dicotomias como língua/fala, sincronia/diacronia, sintagma/paradigma. Ao instaurar novos parâmetros e perspectivas de estudo, Saussure rompeu com os moldes de estudo da língua, que, antes, baseavam-se apenas no comparativismo histórico. É graças a essa quebra e a essa gênese de discursos que nasce a função-autor à que Foucault se refere: a instauração de uma nova discursividade, que, por sua vez, serve de regra para que novos discursos sejam a partir dela produzidos.

Em seu texto, Foucault reconhece a morte do autor defendida por Barthes, mas não em sua totalidade. Segundo ele, apesar de haver um rompimento entre a enunciação e a pessoa que escreve, é através da chamada função-autor que se pode reunir diversas obras de um mesmo autor; também é por meio dela que o autor se faz responsável socialmente pelo que produz. Tal autor é, então, a partir da reunião de suas obras e de todas as outras que vieram como resposta às suas, uma função discursiva, uma posição de sujeito, um modo de circulação e agrupamento de discursos na sociedade.

Esse princípio de agrupamento dos discursos, o qual varia de acordo com o funcionamento das sociedades, é responsável, inclusive, por permitir o a delimitação e a seleção de um texto em oposição a outros. Mais do que uma função que ocupa um espaço no discurso, Foucault reconhece que “o nome de autor serve para caracterizar um certo modo de ser no discurso” (idem, p. 45). Da mesma forma,

o facto de se poder dizer ‘isto foi escrito por fulano’ ou ‘ tal indivíduo é o autor’, indica que esse discurso não é um discurso quotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso *que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto*. (idem) [grifo nosso]

Ou seja, ao mesmo tempo em que Foucault enfatiza o caráter restritivo da função-autor, como afirma Lagazzi-Rodrigues (2006), também deixa uma brecha, a qual permite a expansão da função-autor, a partir do traço de legitimação do discurso, para uma função inerente ao processo de textualidade. Muito nos interessa, na concepção de Foucault, entender que a autoria possui um determinado estatuto, dentro de uma certa cultura, e que sempre é levado em consideração quando recebemos um discurso.

Dessa forma, Orlandi e Guimarães propõem considerar “a própria unidade do texto como efeito discursivo que deriva do princípio de autoria” (1993, p. 61). Assim, corroborando também a tese de Eni Orlandi, a autoria seria um *evento interpretativo*; ou seja, para que um texto tenha unidade de sentido, é necessário que haja um autor por ele responsável e, também, que esse texto produzido seja *interpretável*.

Por fim, nessa nova perspectiva, inspirada na e expandida da abordagem foucaultiana, “o autor se constitui à medida em que o texto se configura” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2006, p. 93), e assumir a autoria

colocando-se na origem do seu dizer é fazer do dizer algo imaginariamente ‘seu’, com ‘começo, meio e fim’, que seja considerado original e relevante, que tenha clareza e unidade. É, dessa maneira, responsabilizar-se pelo que foi dito e pelo que foi silenciado. (idem).

Vale ressaltar algo interessante sobre essa nova abordagem. “Responsabilizar-se pelo que foi dito e pelo que foi silenciado” também resgata a nossa concepção de recorte anteriormente estabelecida nos tópicos iniciais sobre autoria. Ou seja, passamos a entender esse recorte não apenas como constitutivo do processo da produção da materialidade discursiva, mas também como um aspecto social relevante para o funcionamento dessa função. Essa é a maior contribuição de Foucault para o presente trabalho, sustentando e expandindo o que vinha sendo discutido: o modo como devemos conceber a autoria não se esgota dentro da perspectiva linguística e, como defende Orlandi (2007), uma vez que a função-autor é uma posição do sujeito⁵, há uma inevitável relação com a exterioridade.

2.3.4 Morte, equívocidade e função-autor na revisão de textos

Na perspectiva da revisão de textos, muito se aproveita das três abordagens de autoria exploradas por Barthes, Pêcheux e Foucault, estabelecendo a autoria como um processo paralelo à exterioridade. A morte do autor (ainda que extrema), como postulada por Barthes, quando somada ao questionamento sobre a suposta estabilidade e unicidade do signo linguístico encontrada em Pêcheux, revela a complexidade e pluralidade da autoria. Muitas vezes, o próprio tensionamento entre autores e revisores pode ser fruto de um desentendimento quanto à significação da língua, decorrente do modo como esta funciona quando posta em circulação na forma de texto: os leitores, que são o público-alvo de um determinado autor, jamais terão a capacidade de alterar um texto ao qual estão expostos, uma vez que não são os produtores do mesmo; o revisor, por sua vez, apesar de também não ser o produtor, é um leitor que não apenas tem acesso exclusivo ao texto, mas também a capacidade de alterá-lo, “camuflando-se”, por assim dizer, no produto final.

Essa possibilidade de alterar o texto (considerando aqui um revisor realizando um trabalho de copidesque) é o que necessita de limitação. Qual a natureza da mudança que se deseja fazer no texto? De que forma essa alteração contribui para a concretização da função do texto, no meio em que ele circulará após a publicação? O conhecimento sobre a construção da autoria enquanto processo norteador por fatores subjetivos e plurais pode ajudar o revisor a compreender o texto não como uma materialidade isolada, e sim como parte de um fazer social. Considerar a autoria como constituinte do texto, bem como considerar o texto como condição *sine qua non* para a construção da autoria, permite ao revisor entender-se mais como um mediador desses processos, um ajudante, do que como um interventor e modificador absoluto destes.

Uma vez publicado, um texto significará para diversos leitores de maneira diversa, dada a maleabilidade do signo linguístico, havendo sempre a possibilidade de formação de diferentes opiniões e sentidos acerca do mesmo; a leitura que o revisor faz de um texto deve ser sensível e, ao mesmo tempo, consciente de que é apenas uma entre muitas, e de que não há como, através de uma alteração ideal, fazer com que signifique “da melhor forma possível”. Afinal, não há texto que signifique “perfeitamente”, dentro de uma unicidade. Resta ao revisor — agora resgatando a contribuição de Foucault — entender o texto como um produto que

possui um estatuto social, um meio pelo qual uma pessoa legitima o seu discurso e por ele se torna responsável dentro de um certo modo de funcionamento de uma sociedade e, também, como um meio pelo qual outras pessoas poderão utilizá-lo para legitimar o seu próprio discurso. De forma a completar o entendimento da autoria como processo plural e vinculado à exterioridade, faz-se pertinente situá-lo dentro de outra perspectiva, ainda mais ampla: a de gêneros discursivos.

3 Gêneros do discurso

De modo a complementar tudo o que foi conceituado sobre a construção da autoria enquanto processo discursivo, em especial após a constatação de que esse processo transcende a perspectiva formal do texto, consideramos imprescindível acrescentar à discussão a concepção bakhtiniana de gêneros do discurso. Isso se deve ao fato de o texto ser concebido dentro de uma cultura, de uma sociedade, de uma das chamadas *esferas da comunicação verbal*.

Bakhtin retoma o aspecto singular e não repetível da enunciação que apresentamos anteriormente; afirma também que são variados os modos como utilizamos a língua (através de enunciados orais e verbais), os quais, ainda que variados, não contradizem a unidade de uma língua e estão situados nas diferentes esferas de uso das línguas. Para Bakhtin (2000, p. 279),

O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua — recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais —, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos se fundem no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros de discurso*. [grifos nossos].

Ou seja, se os gêneros do discurso são vinculados ao modo como produzimos a materialidade em diferentes esferas de utilização da língua, para atender certas especificidades — as quais podem ser entendidas como frutos dos diferentes modos de funcionamento das sociedades —, esse conceito também está vinculado à autoria. De modo a condensar tudo o que foi discutido até aqui, podemos afirmar que, dentro dessa relativa estabilidade dos enunciados defendida por Bakhtin, um autor é concebido na materialidade textual dentro de uma forma composicional, de um tema e de um estilo; esse autor também possui, retomando a concepção foucaultiana de autoria expandida por Lagazzi-Rodrigues e Eni Orlandi, responsabilidade pelo que afirma, além de ser componente do evento interpretativo e de unidade de um texto.

Aprofundando a concepção de gênero discursivo, Bakhtin a divide em dois tipos: gêneros primários e gêneros secundários. Os gêneros discursivos primários

(ou simples) seriam aqueles que são circunstanciais da comunicação verbal espontânea, como, por exemplo, o diálogo cotidiano; já os gêneros secundários (ou complexos) seriam réplicas dos gêneros primários, aparecendo “em uma circunstância de comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita” (BAKHTIN, 2000, p. 281). Como exemplos de gêneros secundários, são citadas a escrita científica, artística e sociopolítica.

Bakhtin ainda faz uma consideração importante com relação à natureza dos dois tipos de gêneros: os primários, devido à sua natureza espontânea, estão ligados à vida cotidiana; contudo,

ao se tornarem componentes dos gêneros secundários, transformam-se dentro destes e adquirem uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios — por exemplo, inseridas no romance, a réplica do diálogo ou a carta, conservando sua forma e seu significado cotidiano apenas no plano do conteúdo do romance, só se integram à realidade existente através do romance, só se integram à realidade existente através do cotidiano como um todo, ou seja, do romance concebido como fenômeno da vida literário-artística e não da vida cotidiana. (idem).

A concepção de gênero discursivo possui, assim, mais contribuições a serem consideradas para a revisão de textos: primeiramente, é imprescindível ressaltar que os revisores lidam, comumente, com gêneros discursivos secundários — fenômenos da comunicação cultural, complexos; por conseguinte, além de complexos, de acordo com a esfera da comunicação a que pertencem, possuirão determinadas características — relativamente estáveis — com relação ao seu conteúdo temático, composicional e estilístico.

Muito do que se fala sobre os conflitos entre autores e revisores de textos está relacionado — não exclusivamente, mas mais comumente — à revisão de textos literários. Perpétua e Guimarães, ao descreverem a importância que o revisor de textos pode ter em obras literárias em construção, mencionam que há “artistas pressupõem que o texto literário é tão sagrado que não pode ser tocado pelas mãos ‘profanas’ de um revisor” (2010, p. 196). A motivação para isso seria, ainda segundo as autoras, o fato de que alguns revisores ignoram a dimensão estética que cerca o texto literário. Essa “dimensão estética” de que falam refere-se a um conjunto de elementos que compõem o texto literário e que, infelizmente, muitos revisores ignoram ou abrem mão, levando a conflitos e a classificações “profanas”.

É sabido que textos literários são carregados de subjetividade (lembrando, também, que o posicionamento árduo de Barthes quanto à autoria e a própria conceituação bakhtiniana sobre autoria se referem ao texto literário), e que são construídos a partir de diversos recursos *estilísticos*, que são um dos muitos elementos que compõem a dimensão estética literária mencionada anteriormente. Em se tratando de estilo, como expusemos na conceituação de gêneros do discurso, ele está, necessariamente, vinculado a um gênero discursivo.

Assim sendo, o revisor deve saber que os textos pertencentes aos gêneros discursivos literários, como o romance, apresentarão características e idiossincrasias próprias, que resultarão em uma pluralidade notável e que devem ser levadas em consideração; textos pertencentes a gêneros discursivos científicos, como o artigo ou o ensaio, também apresentarão suas próprias características e idiossincrasias, apesar de possuírem mais padronização do que os romances, com o intuito de primar pela objetividade. Logo, é o conhecimento sobre a variedade, diversidade e funcionamento de gêneros complexos e sobre a natureza dos enunciados que os compõem, assim como a familiaridade quanto à maleabilidade desses gêneros discursivos dentro de cada esfera da comunicação, que permitirão que o profissional da revisão contribua de maneira crítica e construtiva para o trabalho de um autor. Textos literários, por exemplo, podem ser concebidos a partir de variados recursos estilísticos para a construção de diferentes efeitos; por outro lado, textos científicos, dada a diferente esfera da comunicação, exigem mais objetividade e apresentam menos possibilidades para variação, ainda que nenhum texto científico seja concebido exatamente da mesma forma, tendo em vista, como postula Bakhtin, a relativa estabilidade dos gêneros discursivos.

Contudo, temos de ressaltar que nem sempre as fronteiras entre os gêneros discursivos são estáveis; muito pelo contrário, constantemente se fundem. Vejamos o seguinte exemplo:

Nasci na Inglaterra, em uma cidade de interior tão pequena que mal merecia ter um nome e o qual nunca ouvi; no final do século XVIII, a cidade existia em função da fábrica de onde sai. As memórias que tenho deste dia são difusas, pouco me lembro. Não nasci sozinha, mas junto a muitas outras, que chamo de irmãs. Apenas um amontoado de sílica, cal, soda, magnésio e carvão em chamas. Dessa massa primordial surge, assim como muitas antes e depois de mim. (SIQUEIRA, 2014, p. 12).

Numa primeira leitura, podemos perceber a utilização do recurso narrativo, típico da literatura. Podemos notar também que se trata de uma narração feita por um objeto inanimado, dado o modo como fala sobre a sua produção/nascimento, um “amontoado de sílica, cal, soda, magnésio e carvão em chamas”. Contudo, na verdade, se trata de uma monografia, do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O trabalho em questão trata sobre garrafas produzidas em sítios foqueiros, na Antártica, entre os séculos XVIII e XIX. Em vez de utilizar a descrição objetiva e impessoal esperada no contexto de um trabalho de conclusão de curso, Siqueira opta por uma descrição subjetiva e muito particular, tipicamente literária, para conceber vida ao seu objeto de estudo. Vale ressaltar, no entanto, que o trabalho não é narrado subjetivamente em sua totalidade; podemos notar uma sutil intercalação no modo como o texto é construído, ora pendendo, também, para a descrição mais objetiva, especialmente quando o autor necessita inserir citações, requisito de qualquer trabalho científico. Vejamos outra passagem de Siqueira (*idem*, p. 15), em que esse revezamento se revela entre a narração e a citação indireta:

Tenho certo orgulho de dizer que nasci em uma época de mudanças, compreendida como um recorte de 1789 até 1848; ficou famosa por ter sido posteriormente descrita por Hobsbawm como o período de dupla revolução: a revolução francesa e a revolução Industrial (Hobsbawm, 1991). Estes processos revolucionários – entendidos aqui como mudanças graduais e não como eventos pontuais – culminaram em grandes transformações que afetaram o mundo moderno de forma radical. Essas grandes mudanças não se aplicaram somente na produção, no comércio ou na política; mas principalmente no dia a dia da população em geral (Thompson, 1967).

Há, segundo o autor, uma motivação especial para conceber o trabalho dessa forma tão peculiar. No prefácio, Siqueira (idem, p. 9) explica que:

Seguir os parâmetros da academia nunca foi uma coisa simples para mim, não somente por sua complexidade mas, principalmente, por não concordar com várias das premissas básicas que a gerem, em especial as dicotomias clássicas estruturadas durante o período que deu origem a academia e que perduram até hoje - tais como a divisão entre academia e sociedade, subjetividade e objetividade, a estrutura tradicional de sala de aula, a própria formação dos currículos - organizados de forma *publish or perish*, etc.

Esse trabalho é, para nós, um nítido exemplo de como as fronteiras entre gêneros discursivos (nesse caso, complexos, de acordo com a classificação de Bakhtin) são maleáveis e oferecem muitas possibilidades para a construção de seus enunciados. Como seria possível um revisor, diante de uma materialidade tão elaborada e socialmente justificada como essa, questionar o modo como esse texto foi construído, por “ferir” o modo vigente de elaboração de trabalhos científicos? Vale ainda a leitura de outro trecho do prefácio de Siqueira (idem, p. 10):

Assim, procurei durante toda a execução deste trabalho realizar um exercício que objetive fugir destas definições clássicas e proponha um tipo de trabalho acadêmico menos restritivo, que, não apenas possa ser compreendido por indivíduos alheios ao mundo acadêmico, mas que seja também objeto de interesse por parte destas pessoas. Em poucas palavras: algo que fosse interessante, chamasse a atenção e fosse compreensível.

Como se basear em modelos estruturais fechados e inflexíveis, que supostamente defendem a objetividade como modo único e ideal de transmissão de informações, para criticar um trabalho como esse, quando a própria motivação para a sua construção é a de torná-lo mais acessível não apenas à academia, mas também à sociedade de modo geral? Cabe ao revisor, diante de trabalhos como o de Siqueira, não apenas auxiliar na construção do texto de modo geral, mas também refletir sobre a complexidade das concepções desses trabalhos, captar as

suas motivações, dialogar com o autor, sempre buscando contribuir da melhor forma possível para que os objetivos sejam atingidos.

4 O dilema do revisor de textos

Uma vez estabelecida a importância sobre o conhecimento de gêneros do discurso e sobre o processo de autoria para a revisão de textos, resta situar o revisor diante dessa perspectiva. Após as conceituações feitas e situadas na revisão de textos, notamos que o revisor se encontra em um papel de entremeio: por um lado, considerando as teorias linguísticas, o autor de carne e osso é irrelevante, uma vez que todos os processos que constituem a autoria são atravessados pela enunciação e, conseqüentemente, desenvolvem-se sem a presença do autor empírico; mas, por outro lado, a abordagem discursiva de autoria abordada em Foucault e a mediação da produção de discursos através dos gêneros do discurso revelam que esses processos estão vinculados a um fazer social, mais amplo e complexo, que não isentam o autor empírico. Da mesma forma, apesar de a leitura de um texto, como bem defende Barthes, não ter sua significação absolutamente exata e atrelada a um autor de carne e osso, um revisor jamais conseguirá contribuir com a construção de um texto se não puder dialogar e refletir com o autor empírico: “o que é que o autor quis dizer aqui?”

Aí está o dilema do revisor de textos. O profissional se encontra diante de muitos processos complexos que constituem a materialidade com que trabalha, situando-se entre a dita “vida” e “morte” do autor. Enquanto o texto está em fase de produção, tarefa da qual o revisor participa ativamente, o autor empírico é a referência para a construção inicial do texto; ao mesmo tempo, ao revisar, o revisor de textos se espelha, através do seu conhecimento sobre os variados tipos de textos e sobre as inesgotáveis esferas da comunicação em que estes podem circular, no público-alvo, simulando a publicação e recepção por parte desse público-alvo e levando a cabo a “morte do autor”. Vale ressaltar, no entanto, que a “morte” não é absoluta. Do ponto de vista da significação, em que o texto significará múltipla e pluralmente, o autor está morto, mas, ao mesmo tempo, está vivo, pois é através da autoria que ele assumirá o estatuto de autor, legitimará o seu discurso e os de outrem, será socialmente responsável, como afirma anteriormente Lagazzi-Rodrigues, “pelo que foi dito e pelo que foi silenciado”.

Assim sendo, o revisor que conhece e tem familiaridade com a complexidade dos fenômenos da autoria e de gêneros do discurso terá maior possibilidade e capacidade de discernir entre o que precisa ser realmente alterado e aquilo que pode ser compreendido como *marca de autoria* inerente do texto. Apesar de não termos classificado o que pode ser entendido como uma marca de autoria — mesmo porque não é a intenção do nosso presente trabalho —, estimular o cuidado e a sensibilidade com a lida com textos no ofício de revisão de textos pode ser a chave para o diálogo com o autor empírico e, conseqüentemente, para a realização e contribuição eficientes do trabalho do revisor.

Considerações finais

Consideramos, com relação à abrangência deste trabalho, que ainda há muito a ser trabalhado para enriquecer a presente discussão. Como já afirmado no subitem anterior, num primeiro momento, não nos interessava delimitar e criar parâmetros concretos para que o revisor de textos conseguisse se situar no seu trabalho, encontrando no texto trabalhado indícios concretos de autoria. Nosso intuito foi o de chamar a atenção para uma reflexão pertinente, que pusesse o revisor a pensar sobre aspectos da revisão de textos que, tão facilmente, passam despercebidos.

Ao longo do trabalho, fizemos questão de apontar a importância do conhecimento não apenas sobre a autoria, mas também sobre os variados gêneros discursivos que regem a sua construção. Como afirma Bakhtin, há uma quantidade infinita e de gêneros do discurso, devido à inesgotável quantidade de esferas da atividade humana, cada uma com suas especificidades e finalidades características; dominar cada uma por completo já se mostra uma tarefa impossível, quem dirá elaborar um trabalho que consiga situá-las todas diante da revisão de textos. Assim sendo, tendo em mente a especificidade e complexidade de cada gênero discursivo, consideramos imprescindível o estudo da revisão de textos dentro de cada esfera da comunicação, a partir dos textos lá produzidos, sem o intuito de descrevê-las por completo, e sim com a intenção de conferir a sensibilidade necessária para captar sua relativa estabilidade e o seu princípio geral de funcionamento.

Por fim, também consideramos imprescindíveis estudos que descrevam a posição-sujeito discursiva ocupada pelo revisor de textos. Neste trabalho, exploramos apenas o lado do autor e o seu estatuto na construção do texto; mas, e o revisor de textos? Assim como há um estatuto para autor, há também um para o revisor? De que modo esse possível estatuto norteia o processo de revisão e, conseqüentemente, de intervenção na obra revisada? Como explorar os múltiplos sentidos do texto, retomando a perspectiva de equivocidade da língua? Em algum momento, o revisor do texto partilha da posição de leitor, do público-alvo? De alguma forma, o revisor “prevê” os sentidos a serem associados pelo público-alvo, uma leitura ilusória, mas necessária e inerente ao processo de revisão, e há muito o que explorar sob essa perspectiva.

Esperamos que este trabalho contribua com a expansão dos estudos sobre revisão de textos e que, também, possa ajudar a otimizar o fazer revisão de textos como um todo, extrapolando as fronteiras da reflexão teórica, encontrando o seu lugar no cotidiano do trabalho do profissional da revisão.

Notas

¹ Por intenção e conhecimento não nos referimos à abordagem pragmática, que implica total controle e consciência do autor sobre o que é produzido. Nos referimos, em vez disso, à noção geral de que todo texto é concebido através de uma intenção e conhecimento inerentes ao seu processo de produção.

² Reconhecemos o fato de que Benveniste e Bakhtin são ambos teóricos da enunciação. Contudo, apenas enfatizamos de que se trata de visões diferentes dentro da mesma

perspectiva enunciativa: de um lado, o estudo da enunciação puramente linguística, como um processo vazio a ser preenchido por um sujeito; de outro, o estudo da enunciação levando em conta diferentes aspectos da subjetividade, como apontados no artigo, a valoração de mundo e a posição axiológica do sujeito.

³ Não nos referimos, aqui, a uma obra específica de Pêcheux; em vez disso, utilizaremos as leituras realizadas pelas autoras Lagazzi-Rodrigues (2006) e Orlandi (2007) sobre o trabalho do filósofo francês como um todo, explorando os aspectos que nos interessam.

⁴ Reconhecemos a divisão existente entre pesquisadores no que tange a compatibilidade entre as teorias de Bakhtin e Pêcheux, especialmente com relação à consciência do sujeito no discurso. Não tentamos, neste trabalho, justificar quaisquer compatibilidades entre as teorias; em vez disso, buscamos, a partir de uma problemática que nos norteia, explorar diferentes teorias e apontar aspectos comuns, tecendo novos modos de encarar essa problemática. Nos interessa, aqui, enfatizar apenas a conclusão comum obtida a partir das duas teorias de que, não importa como, a realidade jamais poderá ser descrita de forma absoluta, independentemente se o sujeito é consciente ou não dos processos que regem a construção do seu dizer.

⁵ Orlandi contrasta aqui a função de enunciador e de locutor, que advém da noção de sujeito, com a posição discursiva, um lugar, que exerce uma função dessa noção de sujeito. É esse reconhecimento do autor enquanto função discursiva, situada na e influenciada pela exterioridade social, que permite a Orlandi estender essa função-autor para além do grupo restrito e privilegiado de autores defendido por Foucault e trazê-la para o cotidiano.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. A personagem e seu enfoque pelo autor na obra de Dostoiévski. In: Bakhtin, Mikhailovitch. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2ª ed., 1997. (p. 45-76).
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. Gêneros do discurso. In: Bakhtin, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da comunicação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 3ª ed., 2000. (p. 277-287).
- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: Barthes, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2ª ed., 2004. (p. 57-64).
- COELHO NETO, Aristides. *Além da revisão: critérios para a revisão textual*. Distrito Federal: Editora Senac-DF, 2013.
- FARACO, Carlos Alberto. Autor e Autoria. In: Brait, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2. Ed., 2005. (p. 37-57).
- FIORIN, José Luiz. Da Pessoa. In: Fiorin, José Luiz. *As Astúcias da Enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Editora Ática, 2001. (p. 59-103).
- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1992.
- LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. Texto e Autoria. In: Orlandi, Eni P.; Lagazzi-Rodrigues, Suzy (orgs.). *Discurso e Textualidade*. Campinas: Pontes, 2006. (p. 81-103)
- MALTA, Luiz Roberto S. S. *Manual do Revisor*. São Paulo: WVC Editora, 2000.

ORLANDI, Eni P., GUIMARÃES, Eduardo R. J. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito. In: ORLANDI, Eni P. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2ª ed., 1993. (p. 53-73)

ORLANDI, Eni P. Análise de discurso e interpretação. In: Orlandi, Eni P. *Texto e discurso: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes Editores, 2001. (p. 19-29)

ORLANDI, Eni. *Interpretação: autoria, leituras e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes Editores, 2007.

PERPÉTUA, Divina Elzira; GUIMARÃES, Raquel Beatriz Junqueira. A revisão do texto literário: um trabalho de memória. *SCRIPTA*: Belo Horizonte, v.14, n.26, 2010. (p.195-204).

SIQUEIRA, André C. M. *Histórias Embriagadas*: uma análise diferenciada sobre as garrafas de sítios foqueiros na Antártica nos séculos XVIII e XIX. UFMG. 2014. Originalmente apresentada como trabalho de conclusão de curso. 2014. Disponível em: http://www.academia.edu/37035434/SIQUEIRA_Andr%C3%A9._Hist%C3%B3rias_Embriagadas_uma_an%C3%A1lise_diferenciada_sobre_garrafas_de_s%C3%A9culos_foqueiros_na_Ant%C3%A1rtica_nos_s%C3%A9culos_XVIII_e_XIX. Acesso em: 26/11/2018

Para citar este artigo

MOMENTE, Richard Winckelmann; DRESCH, Marcia. Entre a vida e a morte do autor: o dilema do revisor de textos. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 8, n. 2, p. 516-537, maio-ago. 2019.

O autor

Richard Winckelmann Momente é recém-graduado em Letras - Redação e Revisão de Textos pela Universidade Federal de Pelotas.

Marcia Dresch Possui graduação em Letras-Português e Literaturas da Língua Portuguesa pela Faculdade Porto Alegrense de Educação Ciências e Letras (1991), mestrado em Letras-Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1994) e doutorado em Letras-Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). Atualmente, pertence ao quadro de professores do Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino, discurso, gramática e argumentação.